

OS MALAFOGADOS: MEMÓRIA E GUERRA NA COSTA DO BRASIL (1942)

Luiz Antonio Pinto Cruz
Lina Maria Brandão de Aras

33

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

DOI: <https://doi.org/1026512/museologia.v7i14.18385>

RESUMO

Ao longo da Segunda Guerra Mundial, navios mercantes e de guerra foram atacados na costa do Brasil. Uma parte de seus destroços flutuou até as praias do nordeste. Este artigo procurou, então, uma centralidade investigativa ao que apareceu no litoral de Sergipe e da Bahia. Através das entrevistas e pesquisas documentais, foi possível desenvolver uma abordagem histórica pautada na cultura material. O ato de recolher os salvados à beira mar fez surgir uma prática social denominada de malafogados. Assim, por meio dos objetos flutuantes, os brasileiros pensaram a “sua” Batalha do Atlântico (1942-1945).

PALAVRAS-CHAVE

Malafogados, memória, cultura material, costa do Brasil e Guerra do Atlântico.

ABSTRACT

Along World War II, merchant ships and war ships were attacked on the coast of Brazil. Part of their remains surfaced and floated to Northeastern Brazilian beaches. This paper thus aimed at focusing on an investigation of the remains that were found on the coastline of the states of Sergipe and Bahia. By means of oral interviews and documental research, it was possible to develop a historical approach based upon the material culture. The act of rescuing the objects from the beach originated a social practice, called malafogados. Therefore, through the floating materials, Brazilian people could think of “their” the Battle of the Atlantic (1942-1945).

KEY WORDS

Malafogados, memory, material culture, Brazilian coastline and the Battle of the Atlantic.

INTRODUÇÃO

Vários acontecimentos militares foram registrados na costa do Brasil ao longo da Segunda Guerra Mundial e eles reverberaram no interior da sociedade brasileira o que motivou a pensar a importância das coisas flutuantes diante do processo de apropriação social dos fenômenos bélicos. Clifford James Geertz, em seu livro *Interpretação das Culturas* (2008), alerta que as “sociedades, como as vidas, contêm suas próprias interpretações. É preciso apenas descobrir o acesso a elas”. (p. 211) Desta forma, era por meio dos objetos salvados – tudo aquilo que escapou dos navios torpedeados e flutuou até as praias do nordeste – que os sergipanos e baianos tiveram acesso à atmosfera beligerante. Mais do que espectadores de uma sucessão de destroços à beira-mar, os salvados de guerra revelavam uma ausência/presença inimiga perturbadora: o submarino alemão ou italiano.

Este artigo objetiva conceder uma centralidade histórica a tudo àquilo que apareceu na praia e apresentar uma abordagem pautada na cultura material, visando identificar a origem da prática dos malafogados, ou seja, do recolhimento, conflitos e comercialização das coisas achadas. Na perspectiva da cultura material, os restos dos naufrágios e os rastros dos u-boats¹ não teriam nenhum valor em si, mas somente se ativassem a memória dos mais velhos para o acontecimento militar que os gerou. Nesse caso, eles revelassem algo útil para esta investigação científica. O termo rastro, ambigualmente, apontava para uma presença (destroços navais, cadáveres dos naufragos e vítimas desesperadas) e, também, para uma ausência (o submarino agressor, navio torpedeado ou guerra naval). Na acepção teórica de Walter Benjamin, o rastro é a aparição de uma proximidade, por mais longínquo que esteja aquilo que o deixou. A aura é, por sua vez, a aparição de algo longínquo, por mais próximo que esteja aquilo que a evoca. No rastro, apoderamo-nos da coisa; na aura, ela se apodera de nós (2006, p. 490).

Os embates da Guerra do Atlântico se apresentaram de diferentes maneiras para os brasileiros, também, através e pelos objetos salvados. Vale assinalar que até mesmo o cadáver do naufrago pode ser considerado uma evidência material à luz das Ciências Sociais. Variáveis interpretativas como essa ajudaram a evidenciar que o objeto material não permite “falar”, mas contribuiu sobremaneira para “ler” o acontecimento militar. O arqueólogo Jean-Marie Pesez afirmou, então, a importância de uma pesquisa histórica pautada na cultura material, conforme o seu olhar:

A cultura material tem uma relação evidente com as injunções materiais que pesam sobre a vida do homem e às quais o homem opõe uma resposta que é precisamente a cultura. No entanto, não é todo o conteúdo da resposta que se acha envolvido pela cultura material. A materialidade supõe que, no momento em que a cultura exprime de maneira abstrata, a cultura material não está mais em questão. Isso designa não apenas o domínio das representações mentais, do direito, do pensamento religioso e filosófico, da língua e das artes, mas também as estruturas socioeconômicas, as relações sociais e as relações de produção, em suma a relação entre os homens. A cultura material faz parte das infraestruturas, mas não as recobre; ela só se exprime no concreto, e nos e pelos objetos. Em suma, a relação entre o homem e os objetos (sendo, aliás, o próprio homem, em

¹ Na língua inglesa submarine ou u-boat. Em alemão, u-boot, abreviação de unterseeboot, que designa a versatilidade da embarcação militar navegar “sob as águas marinhas”.

seu corpo físico, um objeto material), pois o homem não pode estar ausente quando se trata de cultura. (PESEZ, 1990, p. 180-181)

Além de ampliar o sentido de objeto material, o pesquisador também precisa explicitar as singularidades do ato de se guerrear no mar. Os salvados surgiram em consequência de um acontecimento dramático em águas abertas que, por sua vez, agiu como um elemento detonador na praia. Assim, a chegada do objeto flutuante se tornava um micro-acontecimento social. Em virtude disso, para que a “aura da guerra submarina” prosseguisse em terra-firme, entre as populações litorâneas de Sergipe e da Bahia, foi preciso que elas ouvissem as histórias dramáticas dos naufragos ou que encontrassem algum elemento material que as permitissem “imaginar”, “associar” ou “decifrar” os símbolos envoltos d’água.

Pensar a realidade aquática enquanto campo de batalha não era algo novo na história do Brasil, pois marinhas estrangeiras (Portugal, Inglaterra, França, Espanha e Holanda), tanto na época colonial quanto na imperial, já empreenderam investidas militares sobre a costa nordestina, especialmente sobre a cidade de Salvador/BA e a cidade de São Cristóvão/SE. Por conseguinte, o mar jamais deve ser visto como se fosse o fim, pelo contrário, era “o elemento transitório”, “meio para se atingir algo” ou até, “o despertar social para a guerra”. Atento à estratégia metodológica maritimista² e ao simbolismo do espaço líquido, o pesquisador social preencherá lacunas historiográficas e ampliará o seu campo de visão porque

(...) reconhecerá na água, na substância da água, um tipo de intimidade, intimidade bem diferente das que as ‘profundezas’ do fogo ou da pedra sugerem. Deverá reconhecer que a imaginação material da água é um tipo particular de imaginação. Fortalecido com esse conhecido de uma profundidade num elemento material, o observador compreenderá enfim que a água é também um tipo de destino, não mais apenas o vão destino das imagens fugazes, o vão destino de um sonho que não se acaba, mas um destino essencial que metamorfoseia incessantemente a substância do ser. (BACHELARD, 1997, p. 6)

A água enquanto senhora da linguagem fluida, da linguagem sem brusquidão, da linguagem contínua, continuada, da linguagem que abranda o ritmo e que proporciona uma matéria uniforme a ritmos diferentes. (BACHELARD, 1997, p. 191) Águas subjetivas à parte, diante de um inimigo invisível, que só deixou rastros navais e memoriais, natural que os brasileiros da época não tivessem certeza de nada ou até não acreditassem na existência de confrontos navais em suas águas sul-atlânticas. Talvez por isso, ainda existam mistérios em torno da guerra submarina e do simbolismo dos objetos malafogados. Estes projetavam de um lado, indicações dos acontecimentos navais e, de outro, o interior social dos litorâneos.

O MUNDO DAS COISAS FLUTUANTES

Entre 15 a 20 de agosto de 1942, desencadearam-se os mais violentos ataques contra as unidades da Marinha Mercante do Brasil. Entre o litoral de

²Maritimista: diz-se estratégia metodológica em que se apoia basicamente em atividades, forças e operações marítimas. O Brasil dos anos de 1940 era dependente do transporte marítimo e as atividades econômicas de várias localidades giravam em torno do ir e vir dos navios. Fazer uso do olhar maritimista também significou perceber como os brasileiros desenvolveram uma cultura atlântica desde os tempos mais remotos.

Sergipe e o da Bahia, o submarino alemão *U-507* atacou em rápida sequência sete embarcações: *Baependi*, *Araraquara*, *Anibal Benévolo*, *Itagiba*, *Arará*, *Jacira* e *Hammaren*. Diante desta avassaladora *blitzkrieg* naval, urge esclarecer que a entrada do Brasil no conflito mundial não decorreu do princípio da solidariedade continental aos Estados Unidos, mas em revide pela agressão sofrida. (McCANN JR, 1995)

O Coronel Augusto Maynard Gomes, então interventor federal de Sergipe, designou a formação imediata de diligência do Exército para se dirigir ao litoral sul do estado e ao extremo norte baiano. Esta diligência, comandada pelo aspirante Clóvis Camelyer, teve como missão militar vistoriar povoados das bordas estuarinas do Rio Real e Rio Piauí, a fim de coletar informações sociais da tragédia naval; nomear responsáveis para informar as novidades ao Exército; conscientizar dos riscos de se pescar no mar; e por fim, recolher os objetos salvados, especialmente o material bélico. Conforme o relatório, eis as localidades sergipanas e baianas vistoriadas:

- a) CRASTO – Desloquei-me às 13 horas do dia 18 do corrente com um cabo e dois praças para Crasto na cidade de Estância onde estabeleci numa casa do Estado, então desocupada, um depósito para o material recolhido. Procedida a busca na localidade foram encontrados pranchões de escotilhas, flutuadores de balsa, salva-vidas e caixotes vazios. Deixei dois soldados de destacamento local guardando o material e com a missão de examinarem as canoas que chegassem.
- b) TERRA CAÍDA – Na manhã de 19 segui de lancha para Terra Caída, onde quase nada foi encontrado; ficando o senhor Durval (proprietário de uma fábrica de coco) responsável pelo que fosse encontrado até ser entregue às autoridades competentes.
- c) PONTAL – Nesta localidade foi encontrado, após a busca, grande quantidade de destroços, ficando responsável pelos mesmos o Senhor Argemiro Cardoso de Oliveira – Delegado local.
- d) COQUEIRO – Estabeleci depósito ficando responsável pelo mesmo o Senhor Salgado. Aí foram recolhidos injeções, do Instituto de Veterinária, um pacote de estrelas e um pedaço de encerado que se achava em poder de senhor Francisco Arnufó. As tábuas encontradas foram colocadas no depósito.
- e) MANGUE SECO – Ficou encarregado do material (grande quantidade), o senhor Marinho Barbosa.
- e) SACO – No Saco foram encontrados 2 cantis, 4 capacetes, 2 caixões grandes, uma mala do correio e um barril de óleo. Ficaram respondendo pelo que fosse encontrado o senhor Tito e o subdelegado local. Regressei ao quartel na manhã de 20, conduzindo carga que já foi relacionado pelo Almoxarifado.³

Quando o aspirante Camelyer chegou ao vilarejo do Crasto, situado às margens do Rio Piauí, no município de Santa Luzia do Itanhy, extremo sul de Sergipe, de imediato, deparou-se com os destroços navais espalhados na área do atracadouro: pranchões de escotilhas, flutuadores de balsa, salva-vidas e caixotes vazios. Embora alguns nativos insistissem em dizer que foi a maré quem arrastou estas coisas até os domínios do povoado, o referido militar não deixou

³CAMELYER, Clóvis. Relatório da missão ao litoral sul de Sergipe. Quartel do 28º BC, Aracaju 21 de agosto de 1942.

persuadir-se por este discurso. A circulação de militares naquele local representava, então, uma ameaça aos catadores de objetos ali chegados.

Com um olhar aguçado, Clóvis Camelyer percebeu o vai-e-vem suspeito de barcos à vela no leito do rio Piauí, sempre abarrotadas de coisas a bordo. À noite, a frota de canoas ficava perfilada, sempre à mercê dos seus condutores. Então, em seu relatório-final, o observador foi taxativo: “posso assegurar-vos que, ainda existe grande quantidade de material escondido, assim como a possibilidade de vir a dar na praia uma maior quantidade de material bélico, devido ao arrebatamento dos porões”⁴. O antigo trapiche do povoado foi utilizado para guardar o amontoado de salvados. Camelyer ainda sugeriu que o Exército enviasse suas tropas às regiões visitadas, “comunico-vos que a pilhagem continua intensa por parte dos praianos, dificultando o arrecadamento do material”⁵.

A extensão praiana da área dos salvados era maior do que os militares sergipanos imaginavam. Terra Caída, situada às margens do Rio Cajazeiras e o Rio Piauí, integram o município de Indiaroba. À beira do Rio Real, o Povoado Pontal se localiza em frente às dunas do Mangue Seco. Ainda conforme o parecer de Clóvis Camelyer, a onda de destroços atingiu o povoado Mosqueiro, no município de São Cristóvão. “Recolhemos um cadáver de cor branca, 1,70 de estatura com o anel com a seguinte inscrição ‘Gilza 22-03-42’, um relógio parado em 4 horas e uma cueca com as iniciais VR.”⁶.

No mundo estuarino do Rio São Francisco, Rio Japarutuba, Rio Sergipe, Rio Cotinguiba, Rio Vasa-barris, Rio Real e Rio Piauí surgiram organizações sociais ribeirinhas pautadas em tradições atlânticas: cultura de mangue, extrativismo de frutas tropicais, cultivo de coqueiros, antigas salinas, criação de gado, plantio da cana-de-açúcar e, especialmente, arte náutica. Com o olhar mais aguçado para a arte náutica, o historiador perceberá a importância da canoa ou do saveiro no desenvolvimento de várias práticas sociais. Diante dos salvados de guerra, por exemplo, a tradição atlântica dos malafogados logo se impôs, em outras palavras, os canoeiros ou saveiristas jamais deixariam aquelas coisas escaparem de suas mãos. Em virtude disso, Fernand Braudel alertou que a vida majoritária é “constituída pelos objetos, as ferramentas, os gestos do homem comum; só essa vida lhe diz respeito na cotidianidade; ela absorve seus pensamentos e seus atos. Por outro lado, ela estabelece as condições da vida econômica, ‘o possível e o impossível’”. (PESEZ, 1990, p. 184-185)

À luz do pensamento benjaminiano, esse caráter de comunidade entre os vilarejos de pescadores e a palavra malafogados apoia-se ele próprio na organização do trabalho, em especial na atividade artesanal das canoas e nos interesses comerciais dos objetos. O artesanato permite, devido a seus ritmos lentos e orgânicos, em oposição à rapidez do processo de trabalho industrial, e devido a seu caráter totalizante, em oposição ao caráter fragmentário do trabalho em cadeia, por exemplo, uma sedimentação progressiva das diversas experiências e uma palavra unificadora. O ritmo do trabalho artesanal das comunidades ribeirinhas se inscreve em um tempo regido pelas marés ou em um tempo mais global, onde ainda se tinha justamente, tempo para contar. Ainda de acordo com as reflexões de Walter Benjamin, os movimentos precisos do artesão que faz a canoa, que respeita a madeira que a transforma, têm uma relação profunda com a atividade narradora do pescador: já que esta também é, de certo modo, uma maneira de

⁴ Idem.

⁵ Idem.

⁶ CAMELYER, Clóvis. Relatório da missão ao litoral sul de Sergipe. Quartel do 28º BC, Aracaju 21 de agosto de 1942.

dar forma à imensa matéria narrável, participando assim da ligação secular entre a mão e a voz, entre o gesto e a palavra, a canoa e o mar, o salvado e a guerra.

Sob a ótica das autoridades políticas de Sergipe, especialmente, a interventoria federal e das prefeituras municipais, os funcionários públicos também deveriam auxiliar os militares e formar diligências para as regiões litorâneas a fim de socorrer os naufragos e dar conta do que apareceu na praia. Em uma nota oficial emitida pelo Palácio Olímpio Campos, que circulou na imprensa de todo o país, foi possível perceber estas indicações fenomênicas:

As providências do Interventor Augusto Maynard Gomes ordenaram à Força Policial e aos funcionários públicos que se mantivessem em diligência em todas as praias de Sergipe, onde é possível que cheguem os naufragos dos navios afundados. Os destroços que têm dado na costa são recolhidos e entregues no Palácio do Governo, no 28º B.C. e na Capitania dos Portos de Sergipe. Ontem [18 de agosto] foram encontrados três cadáveres junto à praia de Atalaia, um do sexo feminino e os restantes do sexo masculino. O primeiro destes traz os seguintes objetos que servirão para a identificação: um relógio com o nome Lourdes, um anel de pérolas falsas e um cordão de metal não precioso. Os outros dois cadáveres estão completamente em tal estado de decomposição, que se torna impossível identificá-los. Os naufragos foram transportados para o necrotério de Aracaju, presumindo-se que tenham sido passageiros do Araraquara.⁷

Em tempos de ultranacionalismo do Estado Novo e de fazer frente à guerra naval, os restos e rastros seriam objetos insignificantes para o discurso oficial do varguismo. Ganhou destaque porque tiveram o poder de multiplicar incertezas, acirrar conflitos e alimentar o imaginário social. Frequentemente, da praia, “o fato imaginado” pelos brasileiros às vezes era tido como mais importante do que o “acontecimento real”. Do território praiano até as páginas dos jornais, surgiram versões aterrorizantes para os leitores. “Dentre os cadáveres encontrados hoje pela manhã, na praia do Mosqueiro, acha-se o do 2º. piloto do Araraquara. No cinto da cortiça, de que se utilizava para salvar-se, nota-se, conforme observou o nosso repórter, duas perfurações produzidas”.⁸ Na visão do Correio de Aracaju, estas perfurações foram “provavelmente, por balas de metralhadoras, o que fez ver como agem os sicários do Eixo, torpedeando navios e metralhando aqueles que se procuram salvar”.⁹

As relações entre as explicações jornalísticas e as militares encontraram, nos restos navais, um dos pontos fundamentais e controvertidos. Outro exemplo dramático das impressões jornalísticas veio do Sergipe Jornal, que não só descreveu estado dos mortos à beira-mar, como também, o repórter tirou conclusões alarmantes do que viu. Era a barbárie da guerra estampada na imprensa citadina:

No lugar denominado Mosqueiro, os militares retiraram do mar três baleeiras vazias, de No 1, 2 e 4, do vapor Araraquara, além de 3 cadáveres que apresentavam horríveis mutilações. Um deles, do sexo masculino, tinha o tronco amputado, chegando à praia apenas os membros inferiores. Acredita-se que a inditosa vítima fora atingida por um dos torpedos lançados pelo submarino agressor.

Os demais cadáveres também se achavam irreconhecíveis.

⁷ A República. Cidade de Natal-RN, 20 de agosto de 1942, p. 6.

⁸ Correio de Aracaju. Aracaju/SE, 1º de setembro de 1942.

⁹ Idem.

As autoridades providenciaram a remoção dos corpos para esta capital, a fim de serem sepultados, após as formalidades legais. No cadáver de uma criança encontramos uma pulseira de metal com a inscrição Aleide.

Durante as últimas horas da manhã de hoje, foram retirados do mar 14 corpos, alguns dos quais já bastante deteriorados.¹⁰

A leitura do texto permite perceber “a perplexidade” diante das horríveis mutilações; “a falta de organização dos tripulantes quanto às regras de abandono do navio”, as baleeiras vazias do Araraquara poderiam ter salvado dezenas de náufragos; “a importância dos objetos salvados” como meio de identificar os cadáveres irreconhecíveis, a exemplo da pulseirinha da menina Aleide; “a remoção” dos corpos deteriorados para o necrotério de Aracaju; e, por fim, as “narrativas inventadas” em torno de uma vítima, com o tronco amputado, atingida em cheio por um dos torpedos lançados pelo submarino agressor.

Impossível mensurar o impacto desta matéria nos leitores do Sergipe Jornal, mas podem-se inferir alguns esclarecimentos. As mutilações dos corpos eram – com base em informações de outros documentos analisados – indícios da atuação de peixes, siris, caranguejos, raposas, teiús ou urubus, atraídos pelo forte odor dos cadáveres. A morte de tantos náufragos se constituiu, de fato, em uma experiência de desordem da realidade. De acordo com as análises de Juliana Schmitt (2010, p. 21), os homens reagem diante da morte com bastante perplexidade. Não apenas do fato biológico em si – verdade incontornável da natureza – mas do que ele representa: é a percepção da finitude que leva o ser humano a procurar compreender, com todos os meios possíveis, o sentido de sua existência.

Diante de tantas mortes, foram-se os dedos, mas ficaram os anéis. Graças a uma tipologia diversificada de documentos foi possível fazer uma lista das coisas recolhidas: anéis (ouro, prata, de pérolas e de pedras brilhantes), correntes (de ouro, de prata e de ferro), carteiras (com documentos e dinheiro), relógio (de pulso e de bolso), brincos, medalhas de prata, moedas e pulseiras. Ainda se tem muita coisa de valor dentro dos navios torpedeados, a nota do Departamento dos Correios e Telégrafos evidenciou isso ao declarar que toda a correspondência postal, com ou sem valor declarado, destinada aos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas, pelos vapores Baependí, Araraquara e Itagiba que zarparam do Rio de Janeiro respectivamente a 8, 10 e 12 do corrente mês foi considerada perdida em virtude do torpedeamento daqueles navios.¹¹ A carga, a correspondência e as bagagens que seguiam a bordo do Aníbal Benévolo, de Salvador para Aracaju também foram consideradas perdidas.

Os objetos de valor ou não vindos juntos aos corpos ajudaram, como já foi mencionado, a descobrir a identidade das vítimas naufragadas. Na costa de Estância, disse o Correio de Aracaju, apareceram mais dois cadáveres. Um arrastado pelas correntes estuarinas para dentro da Barra do Rio Real, encontrado na praia do povoado Crasto. Era um rapaz, de cor branca e cabelos pretos, lisos, tendo na roupa as iniciais R. V. Além disso, usava na mão direita uma aliança onde foi possível ler o nome Zilah. Na mesma mão tinha um relógio de pulso, dourado, marcando 4 horas. O outro náufrago não foi possível ser identificado, tendo sido ambos sepultados no cemitério de Estância.¹²

O que deve ter sido para os moradores de Mangue Seco, Coqueiro, Moita Verde, Saco, Pontal, Crasto e Terra Caída testemunhar a chegada dos náufragos,

¹⁰ Sergipe Jornal. Aracaju, 19 de agosto de 1942, p.2.

¹¹ Ver nota da Agência Nacional do Brasil. Correio de Aracaju. Aracaju-SE, 21 de agosto de 1942.

¹² Correio de Aracaju. Aracaju-SE, 20 de agosto de 1942.

a movimentação de militares e a circulação de aviões e navios de guerra? Situa-
das nas bordas do estuário do Rio Real – áreas costeiras remotas na divisa entre
Bahia e Sergipe – a maioria dos seus habitantes não tinha condições de produ-
zir relatos escritos dando sua versão do que aconteceu no tempo da guerra.
Contudo, não se deve refutar a importância destes litorâneos na reconstituição
de histórias e memórias navais. Sem os pescadores, barqueiros, canoeiros, savei-
ristas e aviadores, muitos dos náufragos teriam morrido na lonjura da desgraça
onde se encontravam.

Estancianos e aracajuanos se deslocaram às principais regiões afetadas,
onde produziram textos e fotos das coisas à beira-mar. Os objetos salvados não
falavam, mas indicavam pistas e caminhos investigativos. Ajudaram a identificar
os mortos e a contribuir para o esclarecimento dos eventos navais. O nome nas
alianças nortearia os seus parentes a encontrar a sepultura do náufrago anôni-
mo no cemitério de Estância. Já o relógio, que marcava 4 horas da madrugada,
indicava dois aspectos perturbadores. Primeiro, que estava a bordo do navio
Aníbal Benévolo, pois o U-507 o atacou neste horário. Segundo aspecto, e o
mais tenebroso, o relógio de pulso ao marcar 4 horas provavelmente também
significou o registro de sua morte.

No dia 18 de agosto de 1942, a caminhonete do Serviço de Luz e Força
chegou à Aracaju com três corpos de passageiros que se presumia serem do
Araraquara. Era uma senhora e dois homens de cor branca. Achavam-se mais
seis cadáveres no necrotério da capital sergipana. Apenas foi identificado o cor-
po de nome Renato Cardoso de Mesquita. Outro cadáver era de uma profes-
sora, ela tinha um anel com 5 pedras e 1 pérola, tendo gravado na parte interna
do aro: “Lourdes S. R. – 10/12/1935”. Entretanto, muitos corpos chegaram às
praias sergipanas em estado de decomposição, irreconhecíveis. As autoridades
anunciavam nos jornais: “a identificação possível está se procurando fazer e o
sepultamento imediato tem de ser feito na própria praia”. (CRUZ, 2012)

A ação dos u-boats desnaturalizou a paisagem tropical do Brasil, espe-
cialmente quando as sucessivas vagas passaram a arremessar os cadáveres nas
praias. Esta carnificina era algo inimaginável para os litorâneos. João Martins do
Nascimento recordou o que viu: “deu muita gente morta na praia. Ave Maria, foi
gente muita. Foi gente muita. Foi gente muita mesmo”.¹³ As vítimas de guerra
foram sepultadas nos cemitérios de Estância, de Itaporanga, de São Cristóvão
e de Aracaju. Salvelina Santos de Moraes, outra entrevistada, indicou como os
mortos eram sepultados no Cemitério dos Cambuís, no centro de Aracaju.

Ei cheguei a ver na praia os mortos. Meu pai [faroleiro Teodoro
Moraes] pegava os mortos. E aí nesse cemitério dos Cambuís, não
fazia cova não. Eram aquelas valetas. Abriam aquelas valetas e tra-
ziam aqueles mortos e sacudiam nas valetas. Porque não dava pra
fazer a cova de cada um não. Agora tinha muita gente que ia pra
praia pra ver se viam algum conhecido [que vinha a bordo do Aníbal
Benévolo]. Algumas pessoas até encontraram [os parentes].

(...)

O sepultamento nos Cambuís era assim. O caminhão da Marinha
chegava com aquela ruma de mortos em cima. Aquelas valetas já es-
tavam abertas. Eles pegaram uma coisa chamada banguê. Você sabe
o que é? Um assim e outro atrás. Aí botava aquele morto em cima

¹³ Entrevista de João Martins do Nascimento realizada no Povoado de Pontal, município de Indiaroba. 7 de julho de 2005.

e jogava na valeta. Porque não dava pra fazer uma cova individual.¹⁴

Mario Cabral rememorou aqueles momentos em que os “corpos iam chegando macilentos e esfarrapados, a bestial tragédia refletia nos olhos cheios de espanto e angústia”. Quando as populações das áreas urbanas de Sergipe se depararam com o estado dos mortos, estabeleceu-se o caos social: quebra-quebra de residências, perseguições aos estrangeiros, espancamentos e outros atos de violência. Muitos queriam fazer justiça com as próprias mãos. Casas, lojas e indústrias de estrangeiros foram saqueadas pelos manifestantes, estes objetos roubados também ajudam a contar a história de Aracaju no tempo da Segunda Guerra Mundial.

Diante da escalada de tensões, os militares e os policiais das diligências receberam instruções para não trazerem mais os corpos dos naufragos à Aracaju. Eles deveriam ser sepultados na praia. O prático Zé Peixe também se referiu aos corpos estragados e às covas abertas. Covas individuais ou coletivas como demonstraram as imagens tiradas pelos fotógrafos, expostas mais adiante. Elas eram realizadas de forma improvisada à beira-mar, por entre dunas, vegetação de restinga e coqueiros.

Atualmente não se sabe a localização precisa de todas as áreas de sepultamentos, pois a região costeira de Sergipe sofreu intensas transformações paisagísticas de 1942 para cá, embora a memória de Zé Peixe indicasse como área de sepultamento: o singelo cemitério situado na Rodovia dos Naufragos e o cemitério do Robalo, na área de expansão de Aracaju. Conforme as memórias do velho prático:

Enterravam lá na praia mesmo. Tudo estragado já. Os corpos já estragados. Foi tudo na praia. Tinha o Cemitério dos Naufragos, nunca foi lá não? Agora tem um cemitério do Mosqueiro que é um navio. O Cemitério não era aquele. O senhor vai caminhando lá um dia e pode perguntar. Onde é o Cemitério dos Naufragos na praia? Ali, enterrava muita gente ali. Agora muita gente em estado de putrefação não dava mais pra pegar uma pessoa daquela pra trazer pra lugar nenhum. Ai, onde pegava, enterrava, entendeu?¹⁵

Neste cenário desolador, as autoridades militares se depararam com alguns questionamentos: como identificar os corpos estragados? De que maneira responder aos clamores dos familiares¹⁶, que queriam notícias dos naufragos desaparecidos? Por que a chegada dos cadáveres impactou o cotidiano? Como superar o luto sem um corpo para sepultar? De acordo com os estudos benjaminianos de Jeanne Marie Gagnebin (2006), um rastro permite pensar a respeito daquilo que escapa à consciência. Pensar num estudo sobre os brasileiros que desapareceram nos naufrágios significa evocar através da memória coletiva uma história de dor.

OS MALAFOGADOS: COISA ACHADA, VILIPÊNDIO E CONFLITOS

Muitas famílias aracajuanas não deixavam de pensar em seus parentes, no que aconteceu com o navio Aníbal Benévolo, no que eles sentiram lutando pela sobrevivência em meio às ondas. Entre tripulantes e passageiros dos outros

¹⁴ Entrevista de Salvelina Santos de Moraes realizada em Aracaju-SE, 19 de julho de 2006.

¹⁵ Entrevista de José Martins Ribeiro Nunes (Zé Peixe) realizada em Aracaju-SE, 07 de abril de 2004.

¹⁶ Autoridades políticas sergipanas e baianas receberam telegramas oriundos de várias cidades brasileiras solicitando informações sobre os naufragos. Alguns familiares se dirigiram às áreas costeiras dos naufrágios no afã de descobrir notícias do seu parente desaparecido. A tragédia sergipana, e baiana, tornou-se nacional.

navios torpedeados também havia muitos sergipanos, talvez por isso Aracaju se transformou em uma das poucas cidades brasileiras alçadas à condição de vítima da guerra submarina. Boatos, rumores e documentos escritos evidenciaram como a atmosfera de guerra encobriu o litoral nordestino.

Voltando às questões dos salvados de valor. Os relatos de joias publicados na imprensa e as conversas sobre as mercadorias avariadas à beira-mar tiveram o poder de atrair muitos curiosos para a região litorânea de Sergipe e da Bahia. Quando se ouviu rumores populares que os corpos dos naufragos estavam sendo profanados, a escala de problemas se tornou alarmante e descontrolada. Objetos vilipendiados dos naufragos mortos se transformaram em batalhas judiciais e ganharam repercussão nacional. Quando as vítimas eram identificadas por meio das joias, os seus parentes logo acionavam a justiça e exigiam o seus direitos sobre elas.

O drama dos naufragos se desdobrava dentro das cidades e mais relatos de saques vinham a público. No Arquivo do Judiciário de Sergipe se encontra uma apelação criminal, onde foi possível perceber que o mundo dos malafogados era uma prática socialmente compartilhada pelos sergipanos, independente da condição social e gênero. Membros da elite aracajuana criaram os seus esquemas de apropriação das joias. De acordo com a apelação criminal:

No dia dezoito de agosto deste ano, quando uma justa indignação pública a todos assaltava pelo covarde e traiçoeiro torpedeamento de cinco pacíficas unidades da nossa marinha mercante em águas territoriais brasileiras. Horácio Nelson Bittencourt, mais conhecido por Nelson de Rubina, acompanhado de pessoas outras, dirigiu-se de automóvel à Praia de atalaia velha, no município da Capital, a ver se dentre os naufragos encontrava um viajante de nome Fonseca, conhecido de Josefina Matos, sua companheira de viagem. Às dez horas mais ou menos, de volta da Barra de São Cristóvão, nas proximidades do lugar onde está assentada a torre da “Itatig”, Nelson de Rubina desce do carro, e, puxando para a praia o cadáver de uma mulher alva, muito inchada e semi-nua, já agora identificado como sendo o da excelentíssima senhora D. Virgínia Auto de Andrade (documento de folha 53), dele subtraiu três anéis, furtando-os assim, cientemente, aos herdeiros de uma das vítimas das muitas atrocidades hitleristas, vilipendiando mais o cadáver a que deveria antes honrar e respeitar, em sinal de educação e de acendrado patriotismo, porque nele se refletia, naquele instante como ainda hoje, a mais torpe e ignominiosa afronta lançada contra a soberania nacional.¹⁷

Ao subtrair os anéis de naufraga morta Virgínia Auto de Andrade, que seguia viagem a bordo do Araraquara, Nelson de Rubina não cometeu o crime de furto, mas o de vilipêndio. De acordo com o artigo 212 do Código Penal Brasileiro, Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, o ato de vilipendiar cadáveres é considerado crime contra o respeito dos seres humanos mortos e à memória dos seus familiares. O infrator poderia, então, sofrer detenção, de um a três anos de reclusão, e pagamento de multa.

No romance *Essa Menina*, a escritora sergipana Tina Correia entrelaçou história e memória, realidade e fantasia, guerra e os malafogados. Tudo isso dentro de uma narrativa rica e envolvente, que teve como pano de fundo, a Segunda Guerra Mundial. Através do seu olhar literário expôs o impacto das primeiras notícias dos torpedeamentos navais na cidade de Aracaju e, conseqüentemente,

¹⁷ Arquivo do Judiciário de Sergipe. Apelação Criminal. Documento. 17 de dezembro de 1942. 2a vara da Comarca de Aracaju. 1942.

como se construiu uma memória coletiva da catástrofe. As notícias de guerra vinham do que aparecia na praia, mas o olhar da escritora permitiu destacar dois detalhes importantes. Primeiro lugar, os comportamentos das mulheres, sempre tratadas com invisibilidade em tempos de guerra. Segundo, a “gente fina” catando os afogados (denominamos de malafogados). Eis o trecho do seu romance *Essa Menina*:

A história principiou como um boato, de boca em boca como pólvora, e logo as mulheres largaram suas ocupações domésticas e saíram desembestadas, em bandos, para a beira da praia. Precisavam conferir a notícia que tio Bé e tia Suça espalhavam: vários corpos boiavam na orla junto com malas, sapatos, joias e demais objetos pessoais.

Eu fui com titia conferir o sucedido. Medrosa, evitei chegar muito perto e só de longe vi o amontoado de gente a chorar, rezar e discutir. Soubemos depois que os alemães haviam afundado um navio brasileiro bem na nossa cara. Minha tia afirma que naquele dia flagrou muita gente fina remexendo nas malas e se apossando dos bens dos mortos sem a menor cerimônia. Sempre que falava daquela tragédia, repetia que em tempos de combate o ser humano costuma liberar o aspecto mais sombrio de sua personalidade e fazer coisas de que até o Diabo duvida.

_ É a guerra... É a guerra... – repetia, suspirando.

Com a chegada do Exército à praia, os curiosos foram afastados. Nós corremos de volta para casa e ligamos o rádio. O Repórter Esso interrompeu a programação para anunciar que diante da agressão, o Brasil resolvera declarar estado de beligerância. Minha tia, ao tomar conhecimento de que o Brasil entrara na guerra, postou-se diante de seu oratório para fazer contatos com seus santos de proteção. Nos dias seguintes, três assuntos rechearam as rodas de conversas: o episódio dos afogados, a depredação da casa de um italiano – suposto traidor, aliado dos nazistas – e a convocação de tio Bé como integrante da gloriosa expedição militar.¹⁸

A escrita de Tina Correia registra o que ouviu, nas conversas entre os seus familiares e amigos mais próximos, na sua infância em Aracaju. Tina é “essa menina”, ou seja, a menina e a escritora se confundem nos entrelaçamentos do ato de recordar, criar e recriar. Por mais que o mundo da literatura seja um território subjetivo, sem dúvidas, as suas informações ajudaram a lançar luz sobre as penumbras daquilo que a história oficial ou a sociedade aracajuana tentou esconder, ignorar ou marginalizar. Com o estilo literário marcante e jeito feminino de recordar das coisas (mal)afogadas, ela evidenciou os desdobramentos da ação submarina sob o olhar das mulheres, vistas como atrizes atuantes em histórias de guerra.

Na medida em que as coisas se tornaram mais críticas em relação à prática dos malafogados, os militares resolveram adotar medidas mais enérgicas e repressivas junto à população civil. Em 6 de outubro de 1942, o secretário da Capitania dos Portos de Sergipe, José Augusto Diniz de Aguiar Dantas elaborou um edital que circulou pela imprensa impressa e radiofônica, com o objeto de conscientizar a população sergipana de que os objetos achados tinham donos e precisavam ser entregues aos militares. Acrescentou-se ainda a insistência da adoção do blecaute como forma de não denunciar a posição costeira para os inimigos no mar e a proibição de cortar os manguezais que envolviam a cidade de Aracaju, porque eles serviriam de proteção natural, caso houvesse um de-

¹⁸ CORREIA, Tina. *Essa Menina: de Paris a Paripiranga*. Rio de Janeiro: Alfabeta, 2016, p. 139.

sembarque de soldados nazifascistas nas praias de Sergipe. De acordo com o referido edital da capitania:

De ordem do Senhor Capitão de Corveta Gentil Homem de Menezes, Capitão dos Portos deste Estado, comunico a todos a quantos possa interessar que esta Capitania dá por muito bem recomenda a proibição do corte de lenha de mangue por quem não esteja para isso legalmente habilitado, bem como a sua compra e venda fora de tais condições; a proibição de detenção em poder de particulares de quaisquer salvados de naufragos ou qualquer objeto ou embarcação que dê à praia; a obrigação que é imposta a quem quer que encontre objetos, salvados ou embarcações em tais condições, de promover a sua guarda e comunicar o encontro a esta Capitania com maior brevidade; que na forma das disposições do decreto 4557 de 10 de agosto último, todo movimento dos portos e águas interiores bem como a sua fiscalização e vigilância além da orla marítima, são a cargo desta Capitania e das entidades federais e estaduais que com ela colaborem, com o fim comum; que pelo cumprimento de disposições análogas às presentes e anteriormente tornadas públicas têm sido aplicadas às sanções regulamentares e multas a grande número de contraventores. Esta Capitania em benefício de serviço público e no cumprimento de suas atribuições não pode deixar de ser rigorosa com os infratores nem estes podem alegar ignorância das disposições legais.¹⁹

A ênfase no documento era a “proibição de detenção dos salvados” pelas populações litorâneas. Ao procurar demarcar posições sociais e limitar o acesso dos civis à região praiana, os militares acabaram por despertar uma “guerra pelos malafogados” com os sergipanos. Por esta razão, o litoral se transformou em lugar de conflito. Em defesa da posse deles, a população realizou suas incursões às áreas proibidas e criou artimanhas para catarem os salvados: 1 – conheciam o ciclo das marés, sabendo o momento em que as águas jogavam os artefatos; 2 – preferiam agir na madrugada, para recolhê-los antes da primeira ronda militar; 3 – entocavam por entre as dunas e lá escondiam os objetos catados, marcando o local com cocos ou galhos; e por fim, 4 – sabiam dos horários e comportamentos dos marinheiros.

Pelo exposto nestes comportamentos sociais, os sergipanos se sentiam donos dos salvados de guerra. Ora, foram eles que os encontraram “perdidos” na praia e, assim, queriam conceder um fim mais digno ao que seria, em tese, tratado com lixo naval. Legalmente, a coisa achada deveria ser entregue aos seus verdadeiros proprietários: os familiares dos viajantes oceânicos, as companhias navais ou as instituições militares. No entanto, na maioria dos casos, não houve devolução. O objeto malafogado foi entendido socialmente como um presente precioso do mar, como rememorou Salvelina Santos de Moraes:

Malafogados? Era porque era do mar. Porque foi do mar! Foi o mar quem trouxe né? Chamavam de malafogados! Foi o mar quem trouxe e ele pegou dos navios torpedeados. Olhe fulano peguei isso do mar, isso assim, dos malafogados. Alguns diziam que era do mar, do tibum e não diziam malafogados sabe? O mar era o malafogado porque trazia tudo isso. As pessoas iam beirando o mar, catando. Não tinha rotação naquela época. Iam para o Mosqueiro. Deu mais coisa na praia de Estância e do Mosqueiro para cá.

A partir da análise desta memória pode-se perceber que as populações litorâneas possuíam a incrível habilidade de inventar histórias sobre o sinistro.

¹⁹ DANTAS, José Augusto Diniz de Aguiar. Edital da Capitania dos Portos de Sergipe. Aracaju, 6 de outubro de 1942.

Elas buscaram entender o sinistro dentro de suas tradições culturais. O mundo dos malafogados nasceu como resposta a uma luta contra o invisível. Contudo, a justificativa que “o mar trouxe os malafogados para a população carente” jamais seria acatada pelas autoridades da Capitania dos Portos de Sergipe, que criaram uma regulamentação de acesso ao litoral e apontaram restrições aos salvados tentando frear a prática dos malafogados. Contudo, os aracajuanos jamais os deixariam escapar de suas mãos.

Insatisfeito em ver a desobediência dos civis em ir ao litoral e catar as coisas, o capitão Gentil Homem de Menezes ficou indignado. Ele não escondia a vontade de arrancá-los à força dali. A tensão aumentou transformando a praia num território de conflitos. Os litorâneos trataram de assenhorar-se dos objetos com desprezo à autoridade naval. De acordo com as memórias de Zé Peixe, se eles encarassem o capitão dos portos “com jeito”, ele afrouxava:

Quem quisesse pegar, pegava. Ia lá pro oceano, a costa era cheia de mercadorias. O povo ia catando, mas quando a Capitania via proibia. O Capitão dos Portos era homem valente, mas tinha caso que ele afrouxava. Quando ele via o povo na praia dizia: - ‘Bandido! Ladrão! O que vocês estão fazendo aqui? Vão embora porque é proibido tá na praia!’ Quando o camarada o enfrentava, ele afrouxava.²⁰

Esta atitude de enfrentar o capitão dos portos expõe o mundo praiano em seu interior social, pautado por conflitos que não chegavam a soluções e impasses sem conciliações. Onde a estranheza, ao invés de se desfazer, se acentuava. Um objeto ou um pedaço do navio deixava de ser salvado porque era algo que marcava a identidade cultural dos sergipanos. A este respeito Roger Chartier (1991) entende que as identidades sociais se impõem como uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma (p. 183). Ao serem chamados de “bandidos” ou “ladrões”, os homens e as mulheres com as máscaras de resistência social responderam com brabeza, então, o capitão dos portos afrouxava. Um comportamento cultural genuinamente brasileiro, para Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 147), armado dessa máscara, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social. E, efetivamente, a polidez implica uma presença contínua e soberana do indivíduo.

Mais do que uma prática, malafogado era um objeto-símbolo ou uma palavra-som (tibungo ou tibum) ou um código linguístico socialmente partilhado dentro da tradição naval dos aracajuanos. Mesmo assim, o ato de catar os malafogados também poderia ser considerado crime. Tal conduta se ajustaria ao tipo penal de “apropriação de coisa achada”, caso os sujeitos não os devolvessem ao legítimo possuidor, ou se não os entregassem às autoridades competentes, dentro do prazo de 15 dias. Publicado em 07 de Dezembro de 1940, o Código Penal versava sobre orientações jurídicas em relação à coisa achada. Eis o conteúdo do artigo 169 na íntegra:

Art. 169 - Apropriar-se alguém de coisa alheia vinda ao seu poder por erro, caso fortuito ou força da natureza:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Parágrafo único - Na mesma pena incorre:

Apropriação de tesouro

²⁰ Entrevista de José Martins Ribeiro Nunes (Zé Peixe) realizada em Aracaju/SE, 07 de abril de 2004.

I - quem acha tesouro em prédio alheio e se apropria, no todo ou em parte, da quota a que tem direito o proprietário do prédio;

Apropriação de coisa achada

II - quem acha coisa alheia perdida e dela se apropria, total ou parcialmente, deixando de restituí-la ao dono ou legítimo possuidor ou de entregá-la à autoridade competente, dentro no prazo de 15 dias.²¹

Por caso fortuito de uma agressão naval e por força da natureza oceânica, como já foi dito, os salvados de guerra atingiram as praias. Para se configurar de fato delito o infrator deveria estar de posse da coisa. Como averiguar a posse ou detenção se Capitania dos Portos de Sergipe e a Chefatura de Polícia não dispunham de um efetivo de homens capaz de monitorar toda a orla? Então, formou-se uma conjugação de forças militares e policiais nas praias de Sergipe. Além da patrulha com os aviões do Aeroclube, os cavalos do esquadrão policial e a caminhonete de recolhimento, os militares também inspecionaram palhoças, sítios e fazendas da região litorânea.

Baianos e sergipanos, que se apropriaram dos objetos salvados, estavam sujeitos às punições previstas no artigo 169 do Código Penal. Contudo, não haveria espaço prisional nas delegacias e presídios. Muita gente levou os salvados de guerra para dentro de suas casas. Do interior das palhoças do litoral às residências mais luxuosas dos centros urbanos, os seus moradores ostentavam alimentos, roupas, calçados, utensílios, móveis e joias. As orientações do Código Penal ainda eram novas para os brasileiros e o que realmente ditavam as normas populares eram as práticas sociais, os hábitos culturais e costumes consuetudinários.

Em Aracaju, “fulano” sabia que “sicrano de tal” melhorou de vida subitamente devido à comercialização dos malafogados, a notícia se espalhou e estes passaram ser tratados como se fossem “verdadeiros tesouros”. Ao ser entrevistada para esta pesquisa, Salvelina Santos de Moraes se recordou destas caças ao tesouro à beira-mar, “teve muita gente que ficou rica no povoado Mosqueiro, no Robalo e Aracaju. De comprar sítio e tudo, com esse negócio dos naufrágios dos navios viu?”.²² Dos pescadores aos membros da classe média, urge uma caracterização de quem eram “o José e a Maria Malafogados”? É preciso ampliar a visão sobre esses sujeitos, que estiveram à margem da história oficial da Guerra do Atlântico na costa do Brasil.

Uma maneira de tomar conhecimento “do que chegou às praias”, “de quem pegou o quê?” e “o que se fez com o malafogado?”. Era atentar para o que o aracajuano dizia um ao outro. Armazéns, barbearias, bares, bodegas e botequins eram espaços masculinizados de sociabilidade, locais úteis para o propósito de “ficar por dentro literalmente das coisas”. A este respeito, Murillo Melins recordou alguns “causos de juventude” em seu livro Aracaju romântica que vi e vivi. Este memorialista ajudou na indicação de quem mais “pescava” os malafogados. Eis as suas impressões:

À noite na praia de Formosa, os veranistas e pescadores misturavam-se no armazém de Seu Guimarães, Bar do guarda Barbosa e no Botequim de Dona Lila. Papo sobre pescarias, estórias dos torpedeamentos dos cinco navios, dos naufragos que davam na praia de Atalaia. Casos de pescadores que acharam caixas cheias de cédulas de grande valor que, depois de secas ao sol, fizeram alguns mudarem suas vidas, para melhor. Uns comparam casas, outros se

²¹ Código Penal, Decreto Lei No 2.848 de 07 de dezembro de 1940.

²² Entrevista de Salvelina Santos de Moraes realizada em Aracaju-SE, 19 de julho de 2006.

estabeleceram no comércio. (2007, p. 314)

As estratégias de apropriação dos salvados eram ágeis, sigilosas e secretas. Contudo, após algumas doses de cachaça limpa, aquilo que acontecia no anonimato se tornava conhecido na mesa de bar. Como já foi dito, cobrir o objeto com areia da praia e com cascos de cocos secos nos sítios eram tentativas de despistar a varredura policial. Salvelina Santos de Moraes rememorou estas estratégias do Zé Malafogados:

O povo escondia coisas nas praias e nos sítios. Assim, muitos sítios mesmo. Faziam assim, botavam as coisas no buraco e acabar cobria com casca de coco. Escondiam lá para poder ficar. Quando descobria de fulano, era só pressionar, porque este dizia que sicrano também tem e tá em tal lugar. Quando um era descoberto sempre entregava o outro.

Tinha gente que chegava assim pro meu pai, chamava e dizia: - Seu Teodoro, fulano tá com isso, isso e isso escondido! Tá dentro de uma valeta num buraco e tá escondido coberto com casca de coco. Aí quando ele ia com os soldados ele já ia certo ali, aonde tava aquele negócio todo sabe?

Ele dizia assim: - Não negue! Porque eu já sei! Já sei o que tem aqui porque já me disseram! Já me falaram! Ele não dizia quem era, mas dizia: - Eu já tô sabendo que aqui tem! Ele achou latas de manteiga, móveis, muita coisa deu na praia, como caixa de louças.²³

A busca pelo que estava escondido – e como foi encoberto – coube ao faroleiro Teodoro Moraes. Era preciso atentar para a sutileza dos detalhes e pensar a praia enquanto espaço de representações. Assim, a teia de quem pegou o quê se formava quando um entregava o outro. Em meio à raiva de ser descoberto e à inveja de ver alguns se darem bem, o Zé Malafogado indicava o caminho percorrido pelos salvados de guerra e como esconderam. Cobrindo as coisas com casca de coco nos sítios ou cavando um buraco na areia da praia e depois marcar o local com galhos.

Mais do que faroleiro, Teodoro Moraes era morador da região praiana e conhecido pela gente litorânea, esta condição o fez adentrar com facilidade em um mundo social que também era seu, mas que seria fechado para os forasteiros disciplinadores (policiais, marinheiros e militares). Além disso, ele percebeu os buracos dos malafogados também nas praias a partir das seguintes evidências: a areia remexida, as pegadas ao lado de um morrinho e galhos suspeitos. Apesar de se recuperar alguma coisa, a maioria dos salvados se espalhou entre os moradores do litoral sergipano.

Os objetos de valor caíram num mercado clandestino. No centro de Aracaju, os malafogados eram tratados como mercadorias. Eles representavam muito mais do que um pedaço do navio ou um objeto do naufrago, a sua posse poderia oportunizar uma melhoria de vida. Algumas pessoas de origem humilde conseguiram ascender socialmente, tal mudança gerou suspeita ou indicativo da comercialização dos salvados às escondidas. Com o dinheiro em mãos, eles quitavam dívidas ou compraram casa, sítio ou bodega. Por meio dos desvios das coisas de valor, dos saques aos cadáveres, do comércio ilegal, houve, sem dúvidas, o enriquecimento ilícito.

Nesta época, a praia de Formosa voltou a ser a mais frequentada pelos

²³ Entrevista de Salvelina Santos de Moraes realizada em Aracaju-SE, 19 de julho de 2006.

aracajuanos em fins de 1942. Além de deter uma paisagem tropical agradável, ela tomou o lugar da praia de Atalaia Velha, que já tinha um forte poder de atração desde os anos de 1920. As circunstâncias que favoreceram o afastamento dos aracajuanos de Atalaia Velha incluíam: 1 – a atmosfera de medo e incerteza provocada pela ação dos *u-boats*; 2 – a angústia dos militares, que num primeiro momento, acreditavam que tropas alemãs ou italianas poderiam desembarcar nas praias oceânicas; 3 – a restrição do acesso de civis ao litoral; por isso, 4 – as praias estuarinas do Rio Sergipe voltaram a ocupar um papel de destaque na cultura balneária de Aracaju, com destaque a praia de Formosa, a praia do Aracajzinho e as praias situadas na Barra dos Coqueiros.

Cada salvado seria, então, uma evidência da agressão ou um documento histórico importante para revelar o mundo encoberto da Guerra do Atlântico. Pelo caráter secreto dessa missão, pela dificuldade de se ter acesso às informações militares e pela censura do DIP-Departamento de Imprensa e Propaganda, nem tudo veio a público nos anos de 1940. Em nome da segurança nacional, alguns brasileiros ficaram sem entender a ação dos *u-boas* em suas águas territoriais e nem porque tinham que contribuir para o esforço de guerra. Tanto segredo e cautela justificavam-se, na época, pelo temor de haver espiões estrangeiros ou adeptos do quinta-colunismo infiltrados dentro da sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De 1942 para cá, historiadores civis e militares não perceberam a importância dos objetos salvados. Estes indícios materiais não eram vistos enquanto documentos ou objetos de estudo, mas como meros entulhos à beira-mar. Atualmente, graças às inovações metodológicas das Ciências Sociais - especialmente da Arqueologia e Museologia - ocorreu uma nítida mudança de enfoque e postura, do negativo para o positivo, em relação à compreensão dos fenômenos dos salvados. A partir destes documentos sergipanos e baianos vislumbraram a dimensão dos ataques submarinos, desenvolveram suas interpretações históricas e começaram a entender a Guerra do Atlântico dentro das tradições nordestinas.

Colônias de pescadores, povoados litorâneos e cidades costeiras de Sergipe e da Bahia ainda preservam restos e rastros da passagem de submarinos alemães pela costa do Brasil. Na cidade de Aracaju alguns objetos ainda podem ser encontrados nas casas de famílias tradicionais e uma boia do navio torpedeado encontra-se no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, além de vários documentos preservados no Arquivo do Judiciário de Sergipe, Arquivo Público de Sergipe e Biblioteca Pública Ephifânio Dória.

A Guerra do Atlântico também representou o “mundo em ruínas” para os brasileiros e, como tal, cabe ao historiador social juntar os cacos da barbárie nos trópicos, preencher lacunas com histórias marginalizadas e levantar a seguinte questão-crucial: - até quando o mundo conviverá com o horror da guerra naval? Muita coisa ainda precisa vir à tona no imenso litoral do Brasil, os objetos mala-fogados apontaram um caminho interpretativo ou um meio de se entender algo marcante para uma coletividade. História e memória de nordestinos evidenciaram, portanto, o abrasileiramento da Segunda Guerra Mundial.

LISTA DE FONTES DOCUMENTAIS:

Escritos:

Arquivo do Judiciário de Sergipe. Apelação Criminal. Documento. 17 de dezem-

bro de 1942. 2a vara da Comarca de Aracaju. 1942.

CAMELYER, Clóvis. Relatório da missão ao litoral sul de Sergipe. Quartel do 28º BC, Aracaju 21 de agosto de 1942.

Impressos:

A República. Cidade de Natal-RN, 20 de agosto de 1942.

Código Penal, Decreto Lei No 2.848 de 07 de dezembro de 1940.

Correio de Aracaju. Aracaju/SE, 20 de agosto de 1942.

Correio de Aracaju. Aracaju/SE, 21 de agosto de 1942.

Correio de Aracaju. Aracaju/SE, 1o de setembro de 1942

Edital da Capitania dos Portos de Sergipe. Aracaju, 6 de outubro de 1942.

Sergipe Jornal. Aracaju, 19 de agosto de 1942.

Orais

Entrevista de Salvelina Santos de Moraes realizada em Aracaju-SE, 19 de julho de 2006.

Entrevista de João Martins do Nascimento realizada no Povoado de Pontal, município de Indiaroba. 7 de julho de 2005.

Entrevista de José Martins Ribeiro Nunes (Zé Peixe) realizada em Aracaju/SE, 07 de abril de 2004.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. *A água e os sonhos*. São Paulo: Martins Fontes. 1997.

BENJAMIM, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2006.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/USP. V. 5, n. 11, jan./abr. 1991.

CORREIA, Tina. *Essa Menina: de Paris a Paripiranga*. Rio de Janeiro: Alfabeta, 2016.

CRUZ, Luiz Antônio Pinto. “A guerra já chegou entre nós!”: o cotidiano de Aracaju durante a guerra submarina (1942/1945). Salvador: UFBA, 2012. (Dissertação de Mestrado em História Social)

CRUZ, Luiz Antônio Pinto. “A Guerra do Atlântico na costa do Brasil”: rastros, restos e aura dos U-boats no litoral de Sergipe e da Bahia (1942-1945). Salvador: UFBA, 2017. (Tese de Doutorado em História Social)

GEERTZ, Clifford James. *Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC. 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O homem cordial. In: *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

McCANN JR, Frank D. *A Aliança Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1995.

MELINS, Murillo. *Aracaju romântica que vi e vivi*. Aracaju: UNIT. 2007.

PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques. *A História nova*. São Paulo: Martins Fontes. 1990.

SCHMITT, Juliana. *Mortes Vitorianas – Corpos, luto e vestuário*. São Paulo: Alameda, 2010.